

1 **COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CIB) SANTA**
2 **CATARINA**

3 ATA Nº 05/2015

4 Ao décimo quarto dia do mês de setembro de dois mil e quinze, às treze horas, no auditório do
5 Centro de Ciências Jurídicas – CCJ, da Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC,
6 localizada na Avenida Castelo Branco, 170, Bairro Universitário, CEP: 88509-900, em
7 Lages/SC, realizou-se a reunião plenária ordinária da Comissão Intergestores Bipartite da
8 Assistência Social (CIB/SC) com a presença dos seguintes membros: representantes da
9 Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST/SC) – Ângela Albino
10 (Coordenadora da CIB/SC e Secretária de Estado), Renata Nunes, Junior Robson da Silva,
11 Carolina Freitas, Daiana Nardino e Camila Magalhães, e representantes do Colegiado Estadual
12 de Gestores Municipais de Assistência Social (COEGEMAS/SC) – Ana Cláudia da Silveira
13 Quege – Presidente do COEGEMAS/SC (Três Barras), Daniela de Bastos (Itapema), Valdecir
14 Mengarda (Blumenau), Maurício José Leal (Bombinhas), Dejair de Oliveira Junior
15 (Florianópolis) e João Carlos Martins dos Santos (Curitibanos). Ainda estavam presentes
16 membros suplentes da CIB/SC, gestores e técnicos municipais, representantes da câmara
17 técnica, secretarias regionais e associações de municípios, cuja lista de presença segue anexa.
18 A coordenadora da CIB/SC, Ângela Albino, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos
19 e todas, e apresentando a ordem do dia. Na ocasião, a presidente do COEGEMAS/SC, Ana
20 Claudia Quege, solicitou a inclusão dos seguintes assuntos para discussão: prazos referentes
21 ao cofinanciamento estadual 2015 e bloqueio de recursos relativos ao Serviço de Convivência
22 e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Em seguida, a ordem do dia foi aprovada pelo plenário:
23 **1º Apreciação e aprovação da ata da reunião anterior:** O plenário considerou lida e
24 aprovada a ata da reunião anterior. **2º Correspondências recebidas e expedidas:** O plenário
25 considerou lida a relação de ofícios recebidos e expedidos pela CIB/SC: Recebidos – Ofício nº
26 46/2015, enviado pelo COEGEMAS/SC, solicitando que a discussão sobre o Cofinanciamento
27 Estadual 2016 seja iniciada ainda no segundo semestre de 2015, entre os meses de agosto e
28 setembro, com reuniões do Órgão Gestor Estadual e COEGEMAS. Esta solicitação se dá pela
29 necessidade de rever e estabelecer critérios de partilha, prazos e procedimentos, bem como
30 apresentar a previsão do recurso para 2016; Carta Protocolo SST nº 5176/2015, enviado pelos
31 Trabalhadores da SST, encaminhado cópia da carta da equipe técnica da DIAS/SST e dos
32 motoristas da GEAPO/SST à Secretária de Estado, referente às viagens e diárias; e Nota dos
33 trabalhadores da SST contra a exclusão da realização de concurso público das ações do PPA
34 2016-2019; Ofício nº 51/2015, enviado pelo COEGEMAS /SC, solicitando inclusão de assuntos
35 na pauta da próxima reunião da CIB/SC; Ofício nº 50/2015, enviado pelo COEGEMAS/SC,
36 indicando Dejair de Oliveira Junior, representante do Município de Florianópolis - Capital, para
37 compor a titularidade da CIB-/SC, em substituição a Silvia Beatriz Rizzieri de Luca. Expedidos –
38 Ofício nº 35/2015, destinado ao CEAS/SC, encaminhando, para conhecimento, Ata CIB nº
39 03/2015 e a Resolução nº 11, de 13 de julho de 2015, que altera dispositivos das Resoluções
40 nº 04, 05, 06 e 07/2015 que dispõem sobre critérios, estratégias e procedimentos de repasses
41 de recursos estaduais, alocados no FEAS/SC, a título de participação no custeio dos
42 Benefícios Eventuais, e cofinanciamento dos serviços de Proteção Social Básica e Especial de
43 Média e Alta Complexidade, no exercício de 2015, respectivamente; Ofício nº 36/2015,
44 destinado ao CEAS/SC, encaminhando, para apreciação, Resolução CIB nº 10, de 13 de julho

45 de 2015, que dispõe sobre a revisão anual do Plano de Acompanhamento e Apoio Técnico aos
46 Municípios do Estado de Santa Catarina – Etapa 2015, para o alcance das prioridades e metas
47 específicas para a gestão municipal do SUAS referente ao quadriênio 2014/2017,
48 estabelecidas na Resolução CNAS nº 18, de 15 de julho de 2013; Ofício nº 37/2015, enviado à
49 DIAS/SST, encaminhando relação de prazos e providências para preparação das últimas duas
50 reuniões plenárias ordinárias da CIB/SC a serem realizadas em 2015; Ofício nº 38/2015,
51 enviado à GEPAD/DIAS/SST, encaminhando relação de prazos e providências para
52 preparação das últimas duas reuniões plenárias ordinárias da CIB/SC a serem realizadas em
53 2015; Ofício nº 39/2015, destinado ao CEAS/SC, informando sobre reunião prévia para
54 discussão e alinhamento dos assuntos em pauta da CIB/SC, no dia 04 de setembro de 2015,
55 às 10h, na sala de reuniões da SST/SC; Ofício nº 40/2015, enviado à GEAPO/SST, solicitando
56 providências em relação ao transporte dos servidores da SST na reunião da CIB/SC; e Ofício
57 nº 41/2015, enviado ao GABS/SST, encaminhando para assinatura Portaria que designa Dejair
58 de Oliveira Junior, representante do município de Florianópolis – Capital, indicado pelo
59 COEGEMAS/SC, para substituir Silvia Beatriz Rizzieri de Luca. Antes de iniciar os assuntos
60 para discussão, a coordenadora Ângela Albino comunicou que durante a última reunião da CIT
61 houve a informação oficial, que diante da conjuntura de ajuste fiscal, embora com grande corte
62 no custeio, o MDS permanece com autonomia, e que não há alteração na política de
63 assistência social. **3º Mapeamento dos municípios em relação ao cumprimento das metas
64 e prioridades do pacto de aprimoramento da gestão municipal.** A analista técnica, Paloma
65 Mariucci, iniciou a apresentação contextualizando que o Pacto de Aprimoramento do SUAS é
66 resultado de amplo processo de discussão entre representantes da CIT. Por meio desse
67 instrumento se materializam as metas e as prioridades nacionais no âmbito do SUAS. Trata-se,
68 portanto, de mecanismo de indução do aprimoramento do Sistema como um todo. Reiterou que
69 a NOB-SUAS 2012 estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios
70 devem elaborar o Pacto de Aprimoramento do SUAS, contendo: ações de estruturação e
71 aperfeiçoamento do SUAS em seu âmbito; e planejamento e acompanhamento da gestão,
72 organização e execução dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.
73 Lembrou que a CIT definiu, na sua 124ª Reunião Ordinária, as Prioridades e Metas para a
74 gestão municipal, no âmbito do Pacto de Aprimoramento do SUAS, para o quadriênio
75 2014/2017. A periodicidade de elaboração do Pacto é quadrienal, com acompanhamento e
76 revisão anual das prioridades e metas estabelecidas, conforme prevê a NOB/SUAS 2012.
77 Destacou que o acompanhamento e a avaliação do Pacto tem por objetivo observar o
78 cumprimento de seu conteúdo e a efetivação dos compromissos assumidos entre os entes para
79 a melhoria contínua da gestão, dos serviços, programas, projetos e benefícios
80 socioassistenciais, visando à sua adequação gradativa aos padrões estabelecidos pelo SUAS.
81 Nesse sentido, cada meta refere-se a um ponto estratégico que deve ser observado pelo gestor
82 municipal na condução do SUAS no seu município. Ressaltou que as prioridades e metas da
83 gestão municipal do SUAS foram definidas a partir de dados do Censo SUAS e demais
84 sistemas oficiais de informação, nacionais de estatísticas e, ainda, de pesquisas realizadas em
85 âmbito nacional pelo Governo Federal. Paloma Mariucci informou que as prioridades e metas
86 estão elencadas na Resolução CNAS nº 18/2013, e que dados sobre seu alcance podem ser
87 acessados no Relatório de Informações Sociais do Pacto de Aprimoramento do SUAS –
88 Gestão Municipal. Ressaltou que o MDS não conseguiu mensurar todas as metas elencadas, e

89 que a SST/SC elaborou mapas, através desses dados, demonstrando o percentual de
90 cumprimento das metas dos municípios de Santa Catarina, sendo que o mapeamento foi feito a
91 partir das Macrorregiões e Regiões Socioassistenciais do estado. Ainda lembrou que o relatório
92 de informações sobre o pacto de aprimoramento será atualizados anualmente pelo MDS, o que
93 permitirá ao estado atualizar os referidos mapas, que já foram encaminhados ao
94 COEGEMAS/SC. Na ocasião, Ana Claudia Quege questionou sobre a execução do Plano de
95 Acompanhamento e Apoio Técnico aos municípios de Santa Catarina, que considera os dados
96 relativos ao cumprimento das metas e prioridades do Pacto. Renata Nunes comunicou que a
97 SST/SC está priorizando o apoio técnico aos 10 (dez) municípios que foram identificados com o
98 alcance de meta de 0% (zero por cento), e que foram realizadas visitas técnicas nos municípios
99 de Antonio Carlos e Doutor Pedrinho, estando já agendadas outras visitas. Ainda informou que,
100 conforme relatos de experiências, a maioria dos municípios não conhecia o Pacto de
101 Aprimoramento, e que esses municípios são pequenos e apresentam situações, tais como:
102 mudança de gestor e equipe técnica reduzida. Renata Nunes destacou que a primeira ação de
103 apoio técnico foi muito pedagógica, no sentido de apresentar o plano de apoio e o pacto de
104 aprimoramento do SUAS, fazendo uma escuta qualificada dos municípios, para identificar de
105 que forma o estado pode contribuir através de assessoria técnica. Mencionou que as primeiras
106 visitas foram bem positivas, percebendo que houve interesse dos gestores municipais em
107 mudar esse quadro. Reiterou ainda que a idéia seja fazer o encontro descentralizado na região
108 serrana. Renata Nunes lembrou que o órgão gestor estadual possui algumas dificuldades,
109 entre elas a existência de equipe reduzida e questões específicas de condições de trabalho
110 dos próprios técnicos da SST/SC. Comunicou que estão sendo discutidas internamente
111 alternativas e formas de atendimento, sem a presença da equipe nos municípios. Lembrou
112 ainda que, entre as ações do plano de apoio, está a sensibilização dos 20 (vinte) municípios
113 que não aderiram ao programa BPC na escola, sendo que o objetivo é que esses municípios
114 façam a adesão e realizem pesquisa domiciliar para a identificação das barreiras que impedem
115 o acesso e a permanência na escola dos alunos com deficiência, beneficiários do BPC. A
116 coordenadora, Ângela Albino, relatou que o estado, assim como os demais entes, enfrenta
117 dificuldades, e que há uma situação específica que é o custo da diária do estado, que
118 corresponde à R\$ 110,00 (cento e dez reais). Comunicou que houve uma conversa com a
119 DIAS/SST, com o objetivo de tentar equilibrar a justa necessidade de acompanhar o município,
120 mas também não obrigando ninguém a pagar para trabalhar. Informou que a diretriz política
121 permanece a mesma, compreendendo que os municípios que têm piores índices de
122 Desenvolvimento Humano (IDH), geralmente, cruzam com os municípios que têm menor
123 desenvolvimento de assistência social, e que, portanto são os municípios prioritários no olhar
124 da Secretaria. Destacou que isto deve ser feito dentro de uma realidade objetiva, concreta, que
125 não pode sobrecarregar os servidores, utilizando como alternativa o máximo de tecnologia
126 possível, e que apenas os gerentes irão fazer visitas que precisam de pernoite. Na
127 oportunidade, a coordenadora comunicou que, em relação às metas globais atingidas no pacto
128 de aprimoramento da gestão, Santa Catarina está na décima oitava posição. Nas regiões, das
129 metas globais atingidas, a primeira posição no estado é a Região de Foz do Rio Itajaí, e a pior
130 posição é da Região Serrana. Das metas da Proteção Social Básica, a melhor posição no
131 estado é da Região Nordeste, e a pior posição é da Grande Florianópolis. Das metas de
132 Gestão, a melhor posição no estado é a Região da Grande Florianópolis, e a melhor posição é

133 da Região do Alto Vale do Rio do Peixe. Das metas da Proteção Social Especial, a melhor
134 posição é do Alto Vale Itajaí, e a pior posição é da Região Oeste. **4º Cronograma de**
135 **Desembolso referente ao Cofinanciamento Estadual 2015.** Daiana Nardino apresentou um
136 panorama de análise referente ao cofinanciamento estadual 2015, da Proteção Social Básica,
137 Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, e Benefícios Eventuais. Apresentou a
138 quantidade de municípios elegíveis, não analisados, em análise, com pendências,
139 empenhados/liquidados e não habilitados. Ressaltou que as informações contidas na tabela
140 são atualizadas diariamente, pois o processo de análise está em andamento. Ainda lembrou
141 que, dos municípios não habilitados para o cofinanciamento da Proteção Social Básica, dois
142 enviaram ofício à SST/SC justificando o não envio de documentação no período hábil e
143 solicitando prorrogação de prazo para envio da mesma. Daiana Nardino informou que os
144 municípios que estão em situação de empenhados/liquidados são para estarem recebendo o
145 recurso no decorrer desse mês. Na ocasião, Ana Claudia externou a preocupação em relação à
146 quantidade de municípios que estão em processo de análise, o período em que estarão
147 recebendo o cofinanciamento e o tempo que terão para efetuar os gastos dos recursos. Renata
148 Nunes informou que, nessa última semana, a DIAS/SST está dando prioridade para esse
149 processo de análise, e espera-se que até o final da semana todos os processos já estejam
150 analisados. Na oportunidade, Ana Claudia ratificou solicitação de que a legislação estadual
151 altere a reprogramação de saldo para o percentual de 100% (cem por cento), pois os recursos
152 chegam tarde à conta do município e pode não haver tempo hábil para execução, devido ao
153 processo licitatório. A coordenadora, Ângela Albino ressaltou que há uma tarefa importante
154 para a SST/SC, que é por fim dos recursos chegarem às contas dos municípios no final do ano.
155 Esse ano, em função de ser um ano de conferência, de início de gestão e de enfrentamento do
156 ajuste fiscal, com mais lentidão, a secretaria está trabalhando em torno de um projeto que
157 possa dar conta, internamente, do repasse mensal, assim como ocorre na saúde e na
158 educação. Informou ainda, que a secretaria já fez o decreto que contempla 100% do saldo
159 reprogramado. Daiana Nardino lembrou que no cofinanciamento da proteção social básica, a
160 maioria das pendências é referente a problemas na abertura das contas bancárias para
161 investimento. Ana Claudia perguntou sobre a situação do processo de atualização do
162 CadSUAS frente aos municípios. Na ocasião, Renata Nunes informou que a SST/SC está
163 lançando campanha para sensibilizar os municípios para atualização das informações do
164 CadSUAS, já que são encontradas diversas dificuldades pela secretaria no que se refere ao
165 conteúdo das informações cadastradas, sobretudo identificando imprecisões quanto a
166 endereços eletrônicos, telefones e demais dados que por vezes não estão atualizados pelos
167 municípios. Daiana Nardino comunicou que os municípios podem acompanhar no site da
168 SST/SC as informações referentes ao cofinanciamento estadual. **5º Municípios com**
169 **suspensão de recursos do cofinanciamento federal da PSB por possuir CRAS com**
170 **espaço compartilhado (Resolução CIT nº 21/2013).** Magliane Siveres apresentou a situação
171 dos CRAS que tiveram o recurso do Piso Básico Fixo (PBF) bloqueados em razão ao processo
172 de aperfeiçoamento gradativo, conforme Resolução CIT nº 21/2013. Ainda ressaltou a situação
173 dos CRAS com recursos bloqueados por outros motivos, tais como: não demonstrados no
174 CadSUAS, pela não oferta do Serviço de Proteção Integral à Família (PAIF), não demonstração
175 de implantação do equipamento CRAS e denúncias do TCU. A gerente ainda demonstrou os
176 CRAS com recursos bloqueados pelo MDS referentes à Resolução CIT Nº 21/2013, mas que

177 estão na lista dos municípios que receberão o equipamento CRAS pelo programa Pacto por
178 Santa Catarina. Ainda relatou que, conforme informações do MDS, será formado um grupo de
179 trabalho técnico entre FONSEAS, COEGEMAS e MDS para reavaliar aspectos da Resolução
180 CIT nº 21/2013. Esclareceu que alguns municípios que estão em processo de desbloqueio de
181 recursos não receberam retorno porque o MDS não encaminhou retorno à secretaria de
182 estado, assim como também ainda não foram repassados recursos aos municípios que estão
183 em situação de desbloqueio, mas com saldo em conta. Destacou que, no momento os recursos
184 desbloqueados estão sendo repassados para os municípios que estão com saldo zerado na
185 conta. Na oportunidade, Renata Nunes alertou sobre a importância do preenchimento correto
186 do Censo SUAS, já que erros de informações podem gerar bloqueio de recursos. Sobre a
187 ocorrência de bloqueios de recursos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
188 (SCFV), a gerente relatou que o sistema de informação é preenchido a cada trimestre, e que
189 muitos municípios estão só inserindo informações dos novos participantes e não confirmando
190 os participantes já existentes, e, portanto não totalizando o percentual exigido de 25% (vinte e
191 cinco por cento) de participantes, fato que pode gerar bloqueios e suspensões. Por último, a
192 gerente relatou que o estado só recebeu na semana passada a listagem dos municípios que
193 estão nessa situação. Ângela Albino ainda destacou que a proposta de revisão da Resolução
194 CIT nº 21/2013 partiu de uma provocação do estado de Santa Catarina, já que há situações
195 específicas dos municípios que devem ser consideradas. Em discussão, os convidados
196 manifestaram dificuldades encontradas para o preenchimento do SISC. Como
197 encaminhamento, acordou-se que os municípios irão encaminhar suas situações específicas
198 para o e-mail da DIAS/SST. Além disso foi encaminhada proposição de realização de
199 capacitação para preenchimento do SISC e Censo SUAS. Sobre cofinanciamento para o
200 próximo ano, a coordenadora, Ângela Albino, informou que a SST/SC vai trabalhar,
201 politicamente, em torno da garantia de disponibilidade orçamentária e financeira para
202 cofinanciamento estadual aos novos CRAS que estão sendo implantados nos municípios. **6º**
203 **Acompanhamento dos beneficiários do Benefício de Geração Múltipla pelos municípios.**
204 A analista técnica, Camila Magalhães, apresentou a linha histórica da base legal estadual que
205 institui e regula o benefício assistencial de caráter financeiro nos casos de geração múltipla.
206 Além disso, destacou que, mesmo diante das alterações já ocorridas na base legal, há desafios
207 legais para regulamentar e ampliar os direitos desse benefício, tais como excetuar nascimentos
208 fora do estado quando houver necessidade; fixar formas de reavaliação da renda per capita
209 familiar durante o período; e envolver os municípios no acompanhamento familiar quando
210 necessário. Ainda apresentou como principal proposta a validação do Protocolo de Gestão
211 Integrada em Serviços, Benefícios e Transferência de Renda do SUAS, mediante
212 acompanhamento familiar das famílias dos beneficiários quando necessário. Propõe-se que, no
213 primeiro atendimento, a coordenação enviará aos municípios dados das famílias, contendo:
214 número do processo, nomes dos responsáveis, nomes das crianças, data do início do
215 recebimento do benefício, valor recebido, data de término do benefício, endereço; e nos
216 processos mais recentes, telefone e e-mail. Destaca-se que não é necessário o retorno sobre o
217 acompanhamento familiar à SST/SC, mas para fins de monitoramento quantitativo da
218 integração entre serviços e benefícios, dados gerais sobre o número de beneficiários atendidos
219 ou acompanhados poderão ser solicitados. Ressaltou que a periodicidade deste monitoramento
220 quantitativo poderá ser anual. Destacou que eventual realização de estudo social poderá ser

221 solicitada, podendo conter parecer social ou não, preferencialmente por Assistente Social
222 responsável por Benefícios Eventuais ou da Gestão Municipal, quando documentos para
223 comprovação da renda mostrarem-se insuficientes para análise. A analista técnica elencou a
224 quantidade de benefícios concedidos atualmente por município do estado. Na ocasião, Ana
225 Claudia perguntou se os recursos para pagamento desses benefícios eram repassados pelo
226 FEAS/SC, e se há deliberação e controle social por parte do CEAS/SC sobre a concessão
227 desse benefício. A analista técnica informou que inicialmente os recursos não eram repassados
228 pelos FEAS/SC, e que só passou a compor o FEAS/SC quando foi instituído o critério de renda
229 per capita para oferta do benefício, em 2013. Ainda informou que o CEAS/SC aprova o plano
230 de aplicação anual no qual consta a aplicação de recursos do FEAS/SC para oferta desse
231 benefício. Ana Claudia propôs, e o plenário acordou que a Câmara Técnica do
232 COEGEMAS/SC, com a participação da técnica Camila Magalhães, se reunirá para analisar
233 mais profundamente a legislação que institui e regula o benefício, e suas adequações com o
234 SUAS. Para isso, solicitou o encaminhamento do fluxo que hoje existe para a oferta do
235 benefício. **7º Prazos cofinanciamento estadual 2015.** Ana Claudia informou que, na última
236 reunião de alinhamento, a SST/SC apresentou a situação dos municípios de Caibi e Santiago
237 do Sul que enviaram ofício à SST/SC justificando o não envio de documentação no período
238 hábil e solicitando prorrogação de prazo para envio da mesma. Após ampla discussão, o
239 plenário pactuou pela não prorrogação de prazo. Os representantes da SST/SC informaram
240 que já foram realizados grande parte dos empenhos e certificação para autorização de
241 pagamentos, faltando apenas a liberação do recurso aos municípios pela Secretaria da
242 Fazenda. **8º Informes SST - Execução do Plano Estadual de Capacitação e Educação**
243 **Permanente do SUAS de Santa Catarina (PEC/SUAS).** A gerente Carmem Luiz informou que o
244 referido plano tem como objetivo promover a capacitação e formação permanente para todos
245 os responsáveis pela concretização do Sistema Único de Assistência Social em âmbitos
246 estadual e municipais. Destacou que o plano e seu anexo (o Plano Operacional de
247 Capacitação) tiveram sua revisão e pactuação em 2013, conforme Resolução CIB nº 07, de 27
248 de fevereiro de 2013. Já em 2014, foi pactuado apenas o Plano Operacional de Capacitação
249 do SUAS, conforme a Resolução CIB nº 18, de 11 de agosto de 2014. Na seqüência, ressaltou
250 o trabalho dos Núcleos de Educação Permanente do SUAS (NUEP/SUAS), que são instâncias
251 de consulta e assessoramento dos órgãos gestores do SUAS nas esferas federal, estadual,
252 distrital e municipal de governo no que diz respeito à implementação da educação permanente
253 em suas respectivas jurisdições. Lembrou que, em 2014, as entidades/órgãos componentes do
254 NUEP/SUAS/SC indicaram seus representantes, e na seqüência, ocorreu a primeira reunião do
255 NUEP/SUAS/SC. Relatou que em 16 de setembro de 2015 ocorrerá a reunião para
256 formalização da portaria de instituição do NUEP/SC e início do debate sobre a criação do
257 regimento interno. Dando continuidade, a gerente apresentou os encontros, reuniões e
258 seminários realizados em 2015 pela Gerencia de Capacitação de Políticas Sociais
259 (GECAP/DIAS), assim como a previsão de realização de outras capacitações. Execução do
260 Programa CapacitaSUAS - A gerente Carmem Luiz apresentou a relação das instituições de
261 ensino superior credenciadas na Rede Nacional de Educação Permanente. Informou que,
262 desde 2012, há um saldo de meta a ser cumprido de 541 (quinhentos e quarenta e um)
263 trabalhadores que ainda não receberam formação. Há uma meta referente a 2013 de 2.598
264 (dois mil quinhentos e noventa e oito) trabalhadores a receberem formação, totalizando uma

265 meta a ser cumprida de 3.139 trabalhadores. Na seqüência, apresentou os cursos a serem
266 ofertados, público alvo, local/pólos e patamar formativo referente ao Programa CapacitaSUAS.
267 Destacou que está tramitando o processo licitatório para execução do referido programa, e que
268 é possível que a oferta dos cursos não ocorra neste ano. A gerente ainda apresentou as
269 capacitações ofertadas no ano anterior. Na ocasião, Ana Claudia perguntou sobre a previsão
270 da segunda etapa da capacitação sobre BPC na escola. Camila Magalhães informou que a
271 licitação para realização do seminário é feita pela secretaria de estado da educação, e que o
272 ministério da educação não repassou recursos para a secretaria de estado executar. Ressaltou
273 que não há perspectiva de realização dos seminários para esse ano. Comunicou que está
274 disponível na internet as vídeo aulas sobre o BPC na escola, e que a SST pode contribuir
275 reproduzindo as vídeo aulas na secretaria ou nos municípios. Critérios de partilha de recursos
276 referentes à participação no custeio do pagamento dos Benefícios Eventuais – Camila
277 Magalhães apresentou informes sobre os critérios de partilha de recursos referentes à
278 participação no custeio do pagamento dos Benefícios Eventuais, estabelecidos pelo CEAS/SC,
279 destacando os indicadores utilizados a partir da situação prevista nos benefícios eventuais; a
280 fórmula geral; o piso e o percentual de repasse por porte de município; e o cálculo de repasse.
281 Na ocasião, Ana Claudia lembrou que já ficou encaminhado a realização de uma reunião entre
282 COEGEMAS/SC, CEAS/SC e SST/SC para discutir e rever os referidos critérios. A
283 coordenadora informou que esses informes e os demais informes que constam na pauta serão
284 socializados por e-mail junto aos municípios. Para finalizar, a coordenadora registrou a
285 presença do novo secretário municipal de Florianópolis Dejair Oliveira, lembrou que a próxima
286 reunião ordinária será realizada no dia 30 de novembro em Jaraguá do Sul, e agradeceu a
287 presença de todos e todas. Nada mais havendo a tratar, eu Liliâne Sena, secretária executiva
288 da CIB/SC, lavrei a presente ata.